

**JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE  
Refojos de Basto, Outeiro e Painzela**



**ESTATUTO DO DIREITO DE  
OPOSIÇÃO**

**SÍNTESE**

- RELATÓRIO DO GRAU DE  
OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO  
DIREITO DE OPOSIÇÃO 2015

## **I – Introdução**

Atendendo ao princípio constitucional que reconhece às minorias o direito de oposição democrática, consagrado no n.º 2 do artigo 114º, da Constituição da República Portuguesa, foi aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio o Estatuto do Direito de Oposição o qual pretende assegurar o funcionamento dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas prosseguidas pelos mesmos.

O mencionado relatório deverá ser remetido aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem.

Nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, e no caso das Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição:

- 1 - Os partidos políticos representados no órgão deliberativo e que não estejam representados no órgão executivo, na União de Freguesias de Refojos de basto, Outeiro e Painzela estão representados na Assembleia de Freguesia pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Cabeceiras” IPC e pela Coligação “Cabeceiras Mais Futuro” PPD/PSD- CDS/PP;

De acordo com o consagrado no Estatuto do Direito de Oposição os titulares do Direito de Oposição têm:

- a) o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade (artigo 4º);
- b) o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade (artigo 5º);
- c) o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artigo 6.º);
- d) o direito de depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse local (artigo 8.º).

O presente relatório, relativo ao ano 2015, deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de sobre ele se pronunciarem e, eventualmente, suscitarem a sua discussão pública.

## **2. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**

No caso das autarquias locais e nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 24/98 de 26 de maio, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados no órgão deliberativo que não estejam representados no correspondente órgão executivo e, bem como os grupos de cidadãos eleitores que tenham concorrido nas eleições autárquicas e que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos das alíneas anteriores.

No caso particular da União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, tendo em consideração que só o Partido Socialista (PS) detêm poderes delegados, são titulares do direito de oposição, nos termos do artigo 3.º da supra mencionada lei:

- Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Cabeceiras” IPC 4 elementos eleitos na Assembleia de Freguesia;
- Coligação “Cabeceiras Mais Futuro” PPD/PSD- CDS/PP 3 elementos eleitos na Assembleia de Freguesia;

## **3. CUMPRIMENTOS DO ESTATUTO DE OPOSIÇÃO**

Considerando que compete ao Executivo da Junta de Freguesia promover o cumprimento do supramencionado Estatuto e a publicação do respetivo relatório de avaliação, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referem-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:

Durante o período respeitante a este relatório - Ano 2015 - os titulares do direito de oposição foram sendo regulamente informados pelo Presidente de Junta e pelos membros em funções executivas, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse para a freguesia, nas reuniões da Assembleia de freguesia sempre que solicitaram esclarecimentos.

A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito da alínea f) do n.º 2, do artigo 9º e a a alínea s) do n.º1, do artigo 18º da Lei 75/2013, designadamente:

- Informação escrita e detalhada do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Junta de Freguesia, e de outros assuntos de interesse público, remetido a todos os membros da Assembleia de Freguesia, antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- Apresentação por parte do órgão executivo de outros assuntos de interesse público nas sessões da Assembleia de Freguesia;
- Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos da Freguesia;
- Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vogais verbalmente nas própria reunião;
- Os representantes da oposição foram ouvidos nas questões mais relevantes para a atividade autárquica e os seus contributos e sugestões foram incorporados.

A União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, em nome do princípio da transparência, mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão e atividades da freguesia, onde se inclui a página de internet, facilitando o acompanhamento, fiscalização e crítica da execução do órgão autárquico.

### **3.2. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, e no quadro do processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 foi solicitado, através de contato telefónico e por email, aos representantes do PPD/PSD- CDS/PP, a apresentação de propostas que entendessem relevantes para a Freguesia.

As posições assumidas pelos representantes das diversas forças partidárias relativamente aos documentos previsionais em causa, foram analisadas, tendo sido possível considerar todas as propostas, no plano de atividades.

Antes, ainda, de os referidos documentos serem submetidos facultadas, com a antecedência prevista na lei, por correio eletrónico e/ou entregues em mão, no local previamente combinado, as ordens de trabalho das reuniões do executivo e das sessões do órgão deliberativo e, disponibilizados para consulta, todos os documentos necessários à tomada de decisão.

### **3.3. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO**

No período atinente a este relatório foi assegurado aos titulares do direito de oposição o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de relevante interesse público, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição nas respetivas atas, todas as declarações de voto apresentadas.

Assegurou-se aos eleitos o direito de apresentação de propostas de deliberação, que foram decididas de imediato ou agendadas posteriormente.

Foram facultadas, atempadamente, aos vereadores da oposição todas as informações pertinentes.

Foram dirigidos convites de forma verbal aos membros eleitos da Assembleia, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais, promovidos pela junta de Freguesia.

Foi garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos membros da Assembleia Municipal.

### **3.4. DIREITO DE DEPOR**

No período em questão os titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8.º do Estatuto do Direito de Oposição, dado que o órgão executivo não esteve sujeito a qualquer obrigação neste domínio.

#### 4. PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, elaborou-se o presente relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto, atinente ao ano 2015, o qual vai ser remetido aos titulares do direito de oposição a fim de, sobre o mesmo, se pronunciarem.

Por solicitação de qualquer dos titulares do direito de oposição, pode o relatório e respetivas respostas serem objeto de discussão pública na próxima sessão da Assembleia Municipal.

#### 5. CONCLUSÃO

Em face do exposto, considera-se que, durante o período referente a este relatório, foram asseguradas as condições adequadas à efetivação dos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição.

Nestes termos e no cumprimento do art.º 10 do n.º 2 e 3, do Estatuto do Direito de Oposição, deverá este relatório ser submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição.

Deverá, ainda, este relatório ser publicado na página da internet desta União de Freguesias.

Refojos de Basto, 14 de maio de 2016

*Órgão Executivo*

*Luís da Silva Afonso*  
*Manuel Maria Martins Leite*  
*António Teófilo Ribeiro*  
*Paula Teixeira dos Santos*